

PANDEMIA DE COVID 19 E CONDIÇÃO HUMANA: NARRATIVAS DE MULHERES IDOSAS NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO

The Covid-19 pandemic and the human condition: aged women's narratives in East Zone of São Paulo

Pandemia de Covid-19 e condición humana: narrativas de mujeres ancianas en la Zona Este de São Paulo

Lívia Morais Garcia Lima¹

Universidade Federal de São Paulo – Unifesp

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9962-7820>

Marta Gouveia de Oliveira Rovai²

Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0769-0748>

RESUMO

Este artigo tem como proposta refletir sobre os impactos sociais da pandemia de Covid-19 (2020-2021), especialmente em relação à população idosa, moradora da Zona Leste, periferia de São Paulo. A partir da história oral, entrevistamos um conjunto de pessoas, das quais damos destaque a três mulheres, a fim de compreender as relações entre gênero e velhice em condições de vulnerabilidade dadas pelo vírus, pela pobreza e pelas desigualdades de gênero. Histórias orais em tempos de pandemia são uma potência de conhecimento que podem situar relações e transformações numa perspectiva temporal, dinâmica e contingente, excedendo os modelos explicativos mecânico-biológicos. Nesse sentido, a partir da oralidade, foi possível observar o trabalho de memória – escolhas narrativas referentes às formas como as idosas significam o tempo presente num contexto de incertezas, a fim de desenvolverem suas autobiografias a partir das suas conexões temporais entre passado, presente e expectativas futuras. Cada entrevista trouxe construções dialógicas, privilegiando o relato de experiências subjetivas, mas que se ancoram no coletivo, a partir de temas como a própria condição humana em tempos de discursos necropolíticos, que naturalizaram a morte de pessoas velhas pelo Covid-19, a militância social e as relações de solidariedade.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é pesquisadora colaboradora do Centro de Memória Unicamp (CMU), do Centro de Memória Urbana da Unifesp (CMUrb) e realiza estágio pós-doutoral no Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com bolsa Fapesp. E-mail: liviamglima@gmail.com

² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora adjunta da Universidade Federal de Alfenas (Unifal). É professora colaboradora da Pós-graduação no Diversitas (USP). É vice-coordenadora do GT de Gênero da ANPUH-MG e pesquisadora do Núcleo de Estudos de História Oral (NEHO-USP). E-mail: martarovai88@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: covid-19; envelhecimento; mulheres; Zona Leste; história oral.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los impactos sociales de la pandemia de Covid-19 (2020-2021), especialmente en relación con la población anciana, que vive en la Zona Este, en la periferia de São Paulo. Con base en la historia oral, entrevistamos a un grupo de personas, de las cuales destacamos a tres mujeres, con el fin de comprender la relación entre el género y la vejez en condiciones de vulnerabilidad dadas por el virus, la pobreza y las desigualdades de género. Las historias orales en tiempos de pandemia son una potencia de saberes que pueden situar relaciones y transformaciones en una perspectiva temporal, dinámica y contingente, superando los modelos explicativos mecánico-biológicos. En ese sentido, desde la oralidad, fue posible observar el trabajo de la memoria – opciones narrativas referentes a los modos en que las ancianas significan el tiempo presente en un contexto de incertidumbres, para desarrollar sus autobiografías a partir de sus conexiones temporales entre el pasado, presente y expectativas futuras. Cada entrevista trajo construcciones dialógicas, privilegiando el relato de experiencias subjetivas pero ancladas en lo colectivo, a partir de temas como la propia condición humana en tiempos de discursos necropolíticos que naturalizaron la muerte de ancianos por Covid-19, la militancia social y la relaciones solidarias.

Palabras clave: covid-19; envejecimiento; mujer; Zona Leste; Historia oral.

ABSTRACT:

This article aims to reflect on the social impacts of the Covid-19 pandemic (2020-2021), especially in relation to the elderly population living in the Eastern Zone, on the outskirts of São Paulo. Using oral history, a group of people were interviewed, including three women, in order to understand the connection between gender and old age in conditions of vulnerability due to the virus, poverty and gender inequalities. Oral histories in times of pandemic are a source of knowledge that can situate relation and transformation in a temporal, dynamic and contingent perspective, going beyond mechanical-biological explanatory models. In this sense, based on orality, it was possible to observe the work of memory – narrative choices referring to the ways in which the elderly women signify the present time in a context of uncertainty, in order to develop their autobiographies based on their temporal connections between past, present and future expectations. Each interview brought dialogical constructions up, privileging the reporting of subjective experiences that are anchored in the collective, based on themes such as the human condition itself in times of necropolitical discourses that have naturalized the death of old people by Covid-19, social activism and solidarity.

Keywords: covid-19; aging; women; Eastern Zone; oral history

Introdução

Com o intuito de integrar e contribuir para o aprofundamento do debate em torno de gênero, envelhecimento e pandemia no Brasil e ancorá-lo numa perspectiva que comporte a experiência dos sujeitos, apresentamos este artigo a fim de refletir sobre os impactos sociais da pandemia da Covid-19 sobre a população idosa, por meio da história oral com três idosas, moradoras da Zona Leste, na periferia da cidade de São Paulo. As narrativas desvelam situações de vulnerabilidade.

Histórias orais em tempos de pandemia são uma potência de conhecimento que podem situar relações e transformações numa perspectiva temporal, dinâmica e contingente, excedendo os modelos explicativos mecânico-biológicos, além de um recurso central para a história do tempo presente (Santhiago, 2022). Nesse sentido, a

partir da oralidade, foi possível observar o trabalho de memória – escolhas narrativas referentes às formas como as idosas significam o tempo presente no contexto da pandemia para desenvolverem suas autobiografias a partir das suas conexões temporais entre passado, presente e expectativas futuras.

Cada entrevista trouxe construções dialógicas, privilegiando o relato de experiências individuais que tenham adquirido relevância coletiva, a partir de temas como a própria condição humana em tempos de discursos necropolíticos que naturalizaram a morte de pessoas velhas pelo vírus da Covid-19. Assim, a história oral, como afirma Ricardo Santhiago (2022), tem enxergado e se preocupado em registrar a experiência social a partir da experiência individual de outros sujeitos: velhos, pobres, mulheres, além de membros de outras comunidades consideradas vulneráveis, por terem sua condição humana desrespeitada.

Entre os meses de março e julho de 2022, foram realizadas entrevistas com vinte e cinco idosos/as residentes na Zona Leste de São Paulo, que foram transcritas e autorizadas³, com a finalidade de compreender não só como o vírus, mas os discursos sobre a pandemia e as ações públicas afetaram o seu cotidiano e as suas relações familiares. O modo com que as entrevistas foram realizadas foi decidido a partir da escolha do/a entrevistado/a. No caso dos/as entrevistados/as que optaram por realizar a entrevista presencialmente, foram tomados os devidos cuidados para a segurança dos envolvidos, como lavar as mãos principalmente antes do início da entrevista, manter o ambiente bem ventilado e o uso de máscara facial durante todo o tempo de contato.

Entre os/as entrevistados/as, foram selecionadas três mulheres para a apresentação deste artigo: Dialede, uma senhora de 70 anos, nascida em Minas Gerais; Fermina, com idade de 70 anos, nascida na Bahia; e Germana, de 71 anos, nascida em São Paulo. A escolha de trechos de suas narrativas ocorreu devido ao fato de considerarmos suas vozes representativas de uma memória coletiva de idosas, negras e moradoras da periferia de São Paulo. A ideia do senso comum de que a pandemia igualou a todos mostra-se frágil ao escutarmos suas histórias, desconstruindo um imaginário de que todos os seres humanos são iguais diante do perigo e da ameaça de uma crise pandêmica, uma vez que as questões de classe, gênero, território e raça atravessam suas vidas e evidenciam a desigualdade. No caso delas, as entrevistas aconteceram de maneira remota, orientadas pelas questões que envolveram os efeitos da pandemia sobre suas vidas, não apenas do ponto de vista biológico, mas em relação aos afetos, à velhice, ao gênero e às relações familiares. Elas são mulheres negras que com seus gestos e atenções nos apresentaram suas desilusões e esperanças, suas invisibilidades e exclusões, mas também a força e as resistências plurais de ontem e do tempo presente.

³ As abordagens e os instrumentos metodológicos utilizados obedeceram aos procedimentos éticos estabelecidos para a pesquisa científica em ciências humanas. O projeto investigativo foi aprovado pelo parecer n. 5.272.141.

A pandemia e seus efeitos sociais nas narrativas singulares

No dia 3 de fevereiro de 2020, o mundo recebeu, assombrado, a notícia sobre a inauguração do hospital Huoshensha na cidade de Whuan, China. A cidade foi o epicentro de uma pneumonia de causa desconhecida, nomeada mais tarde como Covid-19. Posteriormente, foi reconhecida como uma doença respiratória infecciosa causada pelo novo coronavírus (*Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus-2* ou SarsCov-2) e denominada *Coronavirus disease 2019* (Covid-19). Devido à rápida disseminação do vírus e ao aumento do número de casos da doença em diferentes partes do mundo, no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a vigência da pandemia da Covid-19.⁴

Além da crise sanitária, a pandemia afetou as mais diversas áreas da vida social, econômica e política. Medidas de isolamento e distanciamento sociais, com a decretação de quarentenas e lockdowns nos territórios atingidos, transformaram as relações interpessoais e as mantiveram entre telas ou janelas. A vida em praticamente todo o planeta foi alterada: o ritmo urbano se transformou, ruas e lugares de encontro público se esvaziaram, aulas e diversas atividades foram suspensas, o comércio fechou as portas, pessoas se viram sem trabalho do dia para a noite (Marques; Silveira; Pimenta; 2020). A pandemia provocada pela propagação do vírus tem sua expansão espacial e intensidade definidas por questões sociais trazendo, como consequência, o aprofundamento da crise urbana provocada pela urbanização periférica, a partir das situações de dependência realizada com altas taxas de exploração do trabalho e jogando um grande contingente no mercado informal e no desemprego (Henning, 2022).

Diante do avanço da Covid-19 e das ações realizadas para contê-la, é possível afirmar, pelo menos no caso brasileiro, que suas implicações não são as mesmas em todos os lugares e para todas as pessoas. Há diferenças de geração, classe, gênero, raça e lugar de moradia que demarcam as possibilidades de cuidado e de acesso aos serviços médico-hospitalares (e também assistenciais), já que tanto aquelas possibilidades quanto o acesso a esses serviços são distribuídos desigualmente entre as classes e camadas sociais (Magalhães, 2020). Se realizarmos uma leitura interseccional de classe, gênero, idade e até mesmo espaço, notaremos que os grupos mais vulneráveis foram de fato os mais atingidos pela Covid-19 (Mendes; Oliveira, 2020). Já no início da pandemia, pesquisa da Rede Nossa São Paulo e Ibope Inteligência evidenciou a crença, por parte de 81% dos paulistanos, de que as periferias seriam as áreas que mais sofreriam com a pandemia (Nossa São Paulo, 2020). A crença foi confirmada pelos dados de letalidade levantados, naquele momento, pela Prefeitura de São Paulo, que mostravam que o maior índice de mortes pela Covid-19 ocorria em áreas periféricas e de maior vulnerabilidade social da cidade. (Leão, 2020).

4 World Health Organization. Coronavirus disease 2020 (COVID-19) situation report – 67. Geneva: World Health Organization; 2020.

A compreensão das diferenças no contexto urbano e seus níveis de segregação e desigualdade é indispensável para o entendimento das consequências desse momento histórico para o futuro das cidades. A pandemia provocada pela Covid-19 expõe a realidade em sua crueldade, iluminando a crise urbana que se verticaliza, dramaticamente, na proporção inversa àquela da concentração da riqueza que aumentou no período para a pirâmide mais alta de rendimentos (Henning, 2022). A ausência de políticas públicas voltadas à saúde pública, à prevenção e ao acolhimento da população mais necessitada revelou a dimensão da chamada necropolítica; a ideia do senso comum, de que a pandemia “igualou a todos”, sem considerar a situação de vulnerabilidade econômica e estrutural de pessoas das periferias (Mbembe, 2020). Como é o caso das mulheres entrevistadas, que são negras e moradoras da Zona Leste de São Paulo, região que teve os maiores índices de contaminação e óbitos durante a pandemia, devido à renda mais baixa, ao trabalho informal, às péssimas condições estruturais e à necessidade de deslocamento em transporte público. (Lopes, 2021).

O tratamento dado a idosos durante a pandemia brasileira revelou a face da chamada necropolítica (Mbembe, 2020), entendida como o direito do Estado de matar num regime de permanente exceção, em que se decide quem deve viver e quem pode morrer, num processo em que, apesar de se atribuir abstratamente a condição humana a todas as pessoas, na verdade, nem todos os humanos são considerados iguais em dignidade, pois muitos deles – em especial velhos e negros – são transformados em corpos-objetos, sem utilidade econômica, geracional ou racial num mundo de brancos produtivistas.

Assim, a periferia capitalista adentrou o estado de urgência/calamidade. As consequências, no começo, incertas, e os prognósticos assustadores, com os dados de contaminados e mortos que aumentavam a cada dia, e o convite a ressignificar tempo-espço, o relacionamento face a face e a produção-trabalho passaram a ser urgentes (Ramos, 2020). Temas tão variados quanto pobreza, trabalho, moradia, religião, violência e diversas formas de mobilização social caracterizaram as periferias como uma arena de sociabilidade e expressão cultural e um berço de projetos políticos de emancipação de populações menos favorecidas (Kopper; Richmond, 2020). Para esses autores, a periferia, mais que uma localização geográfica, passou a representar também um local de enunciação, organizando o repertório de percepções e respostas que marcavam as contradições de classe e a precarização do mundo do trabalho, mas deixaram de ser subsumidas na figura do trabalhador e passaram a enfatizar aspectos raciais e urbanos. Nesse sentido, a pandemia provocada pela Covid-19 aprofundou as contradições vividas numa sociedade extremamente desigual, como a brasileira, iluminando a luta pelo “direito à vida” que acompanhou aquele do “direito à cidade”, dimensões da condição humana (Henning, 2022). De forma semelhante, Carlos Henning (2020) aponta como as (in)ações do Estado acirraram os efeitos da pandemia na vida das comunidades periféricas:

A pandemia se tornou um sítio de intensificação de diferenças e de desigualdades estruturais no Brasil. A letargia nas ações relativas ao fortalecimento do SUS para a pandemia; a lentidão na liberação do

“auxílio” econômico federal a necessitados(as); o aumento nos feminicídios e nas violências domésticas contra idosos(as); a continuidade dos assassinatos racistas por agentes do Estado nas periferias; e a proposital negligência desse governo federal em relação a favelas, periferias, quilombos e povos indígenas do país são hipervisíveis e impossíveis de ignorar. (Henning, 2020, p. 151).

Assim, o presente artigo encontra o seu *lócus* “público” na organização e mediação das memórias sociais na interface velhice, gênero, raça e pandemia. A compreensão da dinâmica de transformações sociais resultantes da propagação de uma doença em grande escala, como é o caso da Covid-19, e a necessidade de ações verticais para a sua contenção – como a redução da mobilidade social, a velocidade e a urgência de testagem de medicamentos e vacinas – evidenciam implicações éticas e de direitos humanos que merecem análise crítica sob a ótica das ciências humanas, sociais e da história (Marques; Silveira; Pimenta, 2020). Conhecer as percepções acerca da condição humana desse grupo populacional, por meio das narrativas das próprias idosas, possibilitará, em última instância, mobilizar profissionais e a população por meio de processos educativos e transformações sociais, que têm alicerces mais sólidos nas relações intersetoriais e na ação comunicativa entre os sujeitos sociais.

Velhice e pandemia

Como nos alerta Henning (2020), a pandemia da Covid-19 também tem gerado e mobilizado uma profusão de concepções, discursos e práticas conflitantes sobre a velhice – e este artigo busca contribuir para uma compreensão adensada sobre as experiências de idosos em contextos sociais urbanos, entrecruzando dimensões críticas para nosso tempo.

Observamos nas últimas décadas o crescente envelhecimento da população brasileira. Esta é uma realidade vivida em nosso país devido às mudanças demográficas que ocorreram no Brasil a partir das décadas de 1940 e 1960, que incluem queda na taxa de mortalidade infantil e natalidade. Além disso, o idoso passa a ser um sujeito que não está mais ausente do conjunto dos discursos produzidos, em especial nos debates sobre políticas públicas, em momentos eleitorais e até mesmo na definição de novos mercados de consumo. A visibilidade conquistada pela velhice se traduziu em uma série de iniciativas por parte de agências governamentais e de organizações privadas visando um “envelhecimento ativo”. Esse envelhecimento ressignifica os lugares da velhice e produz novas demandas sociais, políticas e econômicas, seja sobre o indivíduo que envelhece como também sobre a sua família, o Estado e a sociedade em diferentes formas e desafios do envelhecer.

Ao pensar a velhice, especialmente numa sociedade tão heterogênea quanto a brasileira, deve-se levar em consideração as relações de gênero, não apenas porque existem mais mulheres do que homens idosos, mas, principalmente, porque a trajetória de vida em cada um dos gêneros desenvolveu-se de forma tão distinta que marca determinadas situações e sentimentos específicos que velhos e velhas vivem hoje. A mulher, na velhice, sofre duplamente a invisibilidade e a discriminação, por ser mulher e por ser idosa. E acrescentamos que, sendo negra, esse sofrimento é intensificado

pelo racismo. No contexto pandêmico, velhas e velhos se tornaram extraordinariamente vulneráveis. Vários discursos governamentais têm banalizado a ideia de idosos como um “fardo social”, produzindo a percepção preconceituosa e perigosa de que vidas velhas seriam dispensáveis, pouco relevantes, indignas da proteção coletiva e do Estado.

Nesse contexto, a pandemia evidenciou os processos de vulnerabilização da população idosa brasileira. Vulnerabilidade, de acordo com Acselrad (2013), é uma noção relativa, associada à exposição aos riscos, e designa maior ou menor suscetibilidades de pessoas, lugares ou ecossistemas que sofrem algum tipo de agravo decorrente de uma relação histórica estabelecida entre diferentes segmentos sociais. Como bem sintetizam Mendes e Oliveira (2020), para eliminar ou diminuir a vulnerabilidade é necessário que as causas das privações sofridas pelas pessoas ou grupos sociais sejam ultrapassadas e que existam mudanças nas relações que os vulneráveis mantêm com o espaço social em que estão inseridos. Dessa forma, chega-se à constatação de que a vulnerabilidade é socialmente construída e definida a partir de um ponto de vista e que ela também está relacionada ao conceito de (des)humanidade para certos grupos sociais.

Depois de mais de dois anos de pandemia no país, a crise sanitária e, principalmente, humanitária tem evidenciado as diversas camadas de iniquidade econômica, social e política na qual a população idosa está imersa. Os dados da Covid-19 apontam maior taxa de mortalidade entre as pessoas com 80 anos ou mais, reforçando as apreensões com a população idosa. O risco de morrer de Covid-19 aumenta com a idade, já que a maioria das mortes ocorrem em idosos, especialmente aqueles com doenças crônicas. Assim, o mundo e o Brasil adotaram medidas de isolamento e distanciamento social, interrupção em atividades presenciais de trabalho e lazer, gerando sofrimento, danos emocionais e financeiros que afetaram diferentemente cada grupo geracional (Mendes; Oliveira, 2020).

Nesse novo cenário, a preocupação com o envelhecimento e com a melhoria da qualidade de vida, na sociedade brasileira, muda a sensibilidade investida na velhice e propõe outras reflexões para o reconhecimento da pluralidade de experiências nessa fase da vida (Ramos, 2020). A pessoa idosa é o agente social protagonista do processo de envelhecimento populacional e deve ser considerada a partir de sua inserção em um mundo por ela conquistado. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que a longevidade é desejada e celebrada como uma das grandes conquistas da humanidade é, também, representada, no mundo capitalista, como ônus considerável para a sociedade e o Estado, sobretudo, em períodos de crise, como nos impõe a pandemia da Covid-19. (Henning, 2020).

Com o avanço da pandemia, o campo dos estudos sobre envelhecimento se pronunciou sobre como os estigmas que envolvem essa fase da vida foram reforçados no cenário pandêmico, criando as condições para que viessem à tona imagens e tratamentos depreciativos e desqualificadores dos idosos, desvelando o envelhecimento como grande problema social (Jimenez-Sotomayor; Gomez-Moreno;

Soto-Perez-de-Celis, 2020) e como velhos e velhas se tornaram extraordinariamente vulneráveis. (Henning, 2020).

O idoso tornou-se, simultaneamente, uma categoria de análise e grupo de risco, popularizando o imaginário sobre o adoecimento e a morte pela Covid-19. Henning (2020) aponta que “velhice” e “vulnerabilidade”, entretanto, não são referentes estáveis, monolíticos, homogêneos. Pessoas velhas que são pobres, periféricas, negras, indígenas, LGBTI⁵, com deficiências, com doenças e condições de saúde pré-existentes, moradoras de regiões rurais e sem acesso regular a serviços de saúde têm sido atingidas com particular força. Dessa forma, a pandemia da Covid-19 não trouxe apenas repercussões de ordem biomédica e epidemiológica, mas teve efeitos e transformações sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos.

O contexto atual é definido como forma de intolerância que se reflete em comportamentos e atitudes com relação aos idosos. Com a hashtag #ficaemcasa, as primeiras notícias sobre a pandemia reconfiguraram a população idosa como o principal “grupo de risco”, evidenciando preconceitos, questões morais e éticas sobre o direito à vida. Entre as mulheres idosas entrevistadas, as narrativas sobre os efeitos desses discursos disciplinadores e objetificadores de seus corpos significaram um longo sofrimento em relação às relações familiares e à solidão:

Foi muito penoso, né, foi não poder... quando minha filha chegava pra trazer as compras, a gente já começava a chorar porque ela deixava o sapato ali embaixo, chegava com todo álcool, a gente não se abraçava... foi muito doído, muito!... (Dialeda).

Eu moro aqui do lado de um hospital, em frente à UPA. Então, as ambulâncias passavam assim na minha rua, ó, aos gritos, vinte e quatro horas... Eu sofri muito! é... Foi muita perca [sic], perdemos muitas conselheiras e conselheiros e fora o medo que eu acho o que mais... a mim mesmo... o que mais me deixou... angustiada, era a questão do medo, né, medo de... de receber até as minhas filhas, medo de fazer uma compra, medo, medo, era uma coisa terrível!... (Fermina).

A vida cotidiana sofreu com discontinuidades nas tarefas rotineiras, mas repletas de sentido, muitas vezes marcadas pela militância em grupos de defesa dos direitos humanos no bairro, como no caso de dona Fermina. As ações de proteção à pessoa idosa, na pandemia, incluíram a estratificação etária, que, apesar de auxiliar a organização dos serviços, reforçou os preconceitos da sociedade mediante a criação e circulação de diversos vídeos, imagens, frases, músicas etc com características eminentemente negativas. Seu isolamento foi aceito e naturalizado, e até mesmo sua morte, por discursos como: “o vírus está matando apenas os velhos”. (Neri, 2020).

A gerontóloga e professora da Unicamp, Anita Liberalesso Neri (2020), também alerta para a acentuação da culpabilização dos idosos por onerarem o sistema de

⁵ Acrônimo referente a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais, entre outros sujeitos que dissidem de determinadas normas e convenções dominantes de gênero e sexualidade marcadas pela cisheteronormatividade.

saúde desviando recursos que melhor caberiam ao atendimento dos mais jovens, que produzem riqueza, em vez de velhos, inativos.

A história oral em tempos de Covid-19

Falar de pandemia não corresponde a abordar apenas as questões biológicas e a compreensão do vírus. Significa, falar da condição humana de grupos vulnerabilizados e submetidos à necropolítica. Pensar sobre narrativas sensíveis que revelam o ordinário afetado pelo medo, pelos vínculos afetivos e pela espera por políticas públicas que amenizem as dores. Como afirma Larrosa Bondía (2002, p. 21), a “experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”, o que faz da história oral uma importante ferramenta para se (re)conhecer como a pandemia foi sentida pelas pessoas, além do debate biológico. As estatísticas nos permitem entender o que acontece na sociedade, com a pandemia; mas as narrativas orais trazem as memórias dos afetos e das afetações, das devastações emocionais e familiares, como o sensível relato de dona Diadela, cuja família foi atingida pelo contágio da doença e vários membros faleceram no início de 2021, antes que o plano de vacinação fosse colocado em prática:

É... quando foi no dia 18 de março do ano passado, meu cunhado veio a falecer, Covid. A minha irmã, as minhas irmãs já estavam internadas, a minha cunhada também. No dia 20 a minha irmã, esposa desse meu cunhado, veio a falecer de madrugada, cinco horas da manhã, do dia 20. Às três horas da tarde morreu a... a minha cunhada, lá no UPA de São Miguel. E eu tinha mais uma irmã que estava com câncer... Ela morreu no dia 25 de março e, no dia 28, a outra faleceu de Covid... Então... pra nós foi... Sabe, a gente não sabe nem falar, a gente achou... Eu, pelo menos, eu achei isso surreal, porque eu já vi três pessoas na família, mas esse monte assim, né, foi tudo de uma vez, minha filha! De uma hora pra outra a gente... praticamente ficou sem família... (Diadela).

Segundo Ricardo Santhiago (2022), dezoito meses depois da eclosão da pandemia [...] a história oral feita no Brasil tem procurado responder às demandas que lhe foram colocadas para o desenvolvimento de ações de *documentação urgente*, e aos desafios que esses empreendimentos implicam. Para o autor, em um primeiro momento, essas iniciativas têm se voltado à construção de acervos – seja para “uso futuro” ou para divulgação imediata, com objetivos distintos. De qualquer forma, também no âmbito da pesquisa e da investigação temática e monográfica, a história oral tem se mostrado útil e viável na documentação de crises naturais, políticas e sanitárias durante e após seu desenrolar. (Cave; Sloan, 2014; Clark, 2009). Santhiago, Borges e Rodrigues (2020) mostram como a área de história oral tem valorizado e apoiado institucionalmente a capacidade reativa da história oral diante de crises, internacionalmente. A variedade dos temas de projetos, nesse âmbito, demonstra a amplitude das situações de crise nas quais a história oral pode adquirir relevância pública na mobilização em situações urgentes, incluindo guerras, desastres naturais,

repressão política, econômica e/ou étnica, ou outros eventos atuais em proporção de crise.

É importante enfatizar aqui que os registros de experiências narradas por sujeitos e sujeitas que vivenciaram e sentiram, em seus corpos e emoções, os efeitos do que intelectuais definem como crises, pandemias ou genocídios, são uma reivindicação dos (sobre)viventes que também desejam ver reconhecidos os danos sofridos. A fala de Diadela, que exerce ainda hoje um papel social em sua comunidade, denuncia a devastação provocada pela negligência, a ruptura da vida ordinária e seu peso sobre todos/as os/as envolvidos com as questões relativas à saúde, ao trabalho e à militância:

*Nós paramos tudo! A militância, todo mundo parou!... Aí as UBS, muita gente adoeceu, muitos trabalhadores adoeceram, muitos morreram. Foi muito triste... Aqui, no hospital, que a gente conhece todo mundo, morreu médico, morreu enfermeira, morreu pessoal da limpeza, morreu muita gente! A gente passou a não ir nas UBS, não ia pra canto nenhum, mas chegava até a gente, né? Nós paramos tudo, tudo que cê possa imaginar! Até hoje pra gente ir no hospital... No hospital mesmo, a gente nem tá indo, né, nas UBS já tamo retomando, mas no hospital não, porque até que o hospital ficou mais pro Covid, entendeu? Ficou mais pro Covid... Então, a gente se isolou, mas parou tudo, muito difícil!... **Eu acho que isso tem que ser escrito, isso tem que ser escrito na História.** (Diadela, grifo nosso).*

O tema do envelhecimento, em especial na pandemia, vem sendo trabalhado numa dimensão mais apurada a partir do trabalho fundante para a história oral no Brasil, que figura entre os que mais inspirou seus praticantes: *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, da psicóloga social Ecléa Bosi (2005). Seu tema e sua abordagem continuam relevantes e são inspirações para o presente artigo, quando nos lembra que a memória dos idosos é responsável por mediar as experiências da geração atual e daquelas vividas no passado. Através dessas memórias temos a possibilidade de outros regimes de verdade, de outras maneiras de conhecimento e reconhecimento de subjetividades silenciadas. Outros autores como Paul Thompson (1972) e Luisa Passerini (2011) refletiram sobre a importância de os trabalhos de história oral atentarem para as experiências da velhice, pois, muitas vezes, o processo de envelhecimento não é abordado, ou não se compreende adequadamente as ressonâncias de "tornar-se e ser velho/a". Nessa medida, por meio da história oral, a pessoa idosa, quando fala, também reconstrói a imagem de si, nessa interação permanente entre o vivido e o aprendido: em processos de rememoração as identidades se refazem. (Barroso, 2021).

Marques, Silveira e Pimenta (2020) apontam a máxima de que a história se faz a partir de questões colocadas pelo presente. O impacto da pandemia da Covid-19 na experiência cotidiana e no imaginário social tem instigado muitas pessoas a compreender como as sociedades do passado vivenciaram, sobreviveram e ressignificaram os episódios epidêmicos, ou, em uma perspectiva mais ampliada, a

doença. Isso demonstra um pouco o que é a “história do tempo presente”: uma história ainda por ser feita.

Talvez isso tenha algo a ver conosco, com seres humanos que ainda se fazem cotidianamente, entendendo a condição humana como um construto que se dá nas relações e disputas pelo poder. Talvez para nós, novos investigadores desse campo, identificar a nós mesmos diante de nossos objetos de pesquisa seja um problema importante, que nos desafiem a contribuir para a reflexão sobre uma situação na qual somos sujeitos/as e pesquisadores/as. A situação da condição humana também nos atinge; em especial, o luto que nos atinge como coletividade precisa ser historicizado e registrado. Entretanto, trata-se de um problema prazeroso que nos desafia ao aprendizado da escuta atenta.

Em 2021, o livro organizado por Denise Nacif Pimenta, Juniele Rabêlo Almeida, Livia Morais Garcia Lima, intitulado *(Im)Permanências: história oral, mulheres e envelhecimento na pandemia*, foi resultado da escuta atenta de quarenta mulheres idosas. Seus depoimentos revelam as mais diferentes experiências atravessadas pela raça, pelo gênero, pela classe, pelo trabalho, pela maternidade e por tantas outras questões interseccionadas ao envelhecimento na pandemia, de forma a tornar pública uma história plural. São falas impulsionadas por memórias de medos, mas também de esperanças e resistências, de existências, na velhice, que não são silenciosas e que pedem por reconhecimento como humanas, dotadas de direitos e do enlutamento, transformado pelo senso comum, em motivo de jocosidade ou de indiferença por setores mais privilegiados da sociedade.

Para María Lugones (2014), compreender a condição humana é atentar para a dicotomia humanos e não-humanos e à hierarquização de existências. No caso, as mulheres periféricas e velhas sendo consideradas em oposição ao homem viril, jovem e branco, do centro urbano e que tem acesso aos serviços de saúde e também aquele que constrói os discursos sobre que grupos devem ser ouvidos, atendidos e acolhidos. A pandemia, por meio das narrativas orais das entrevistadas, em especial, nos permite refletir sobre como a condição humana não é um preceito universal que garanta a todas as existências os mesmos direitos e a dignidade, pelo fato de a ciência iluminista, do século XVII, ter nos definido como iguais por sermos dotados de racionalidade em oposição aos “não-humanos”.

Nascer em meio à comunidade de “humanos” não é garantia natural de dignidade, respeito e cuidados, nem de que a voz de segmentos periféricos seja ouvida no espaço público, pois, como afirma Hannah Arendt (2007, p. 61),

há muitas coisas que não podem suportar a luz implacável e crua da constante presença de outros no mundo público; neste, só é tolerado o que é tido como relevante, digno de ser visto e ouvido, de sorte que o irrelevante se torna automaticamente assunto privado.

A presença da velhice, vista como vida inútil numa sociedade produtivista/capitalista, e como um peso para os gastos públicos, joga para o privado a dor e os impactos da vida que se perde. As palavras de Fermina, para se referir à

fragilidade e ao abandono que atingiu pessoas próximas, levando à depressão e à morte, nomeiam as existências e suas singularidades, contribuindo para enterrar novamente os mortos, mas com dignidade em meio à multidão de anônimos:

De repente recebi uma notícia: "Fulano de tal, minha melhor amiga, tá com Covid". Pronto!... Olha, não foi fácil!... E só... pessoas entrando em depressão e outras que suicidavam... O filho de fulano suicidou!... Nossa, foi... É que eu não sou muito de guardar as coisas, né? Olha, vou te contar uma historinha que eu gosto de contar, que me marcou muito. Nós tinha [sic] uma conselheira aqui no bairro muito, muito periférico e ela era muito chique. Assim, ela vinha nas reuniões da periferia com o melhor vestido dela, era muito chique!... Eu falava: "Marli, por que você põe esse vestido tão bonito?"... "Ah, eu fiz pra ir num batizado. Como a gente agora não vai mais em lugar nenhum"... Isso foi antes... foi antes da pandemia... Aí ela falou: "Eu visto mesmo, quando eu morrer, eu largo tudo aí". Bom, olha que ironia do destino: foi a primeira que morreu na pandemia e o filho dela me ligou desesperado: "Dona Fermina, minha mãe tá aqui no saco preto!"... Aí a minha cabeça foi, "Pá"! Bem que a Marli dizia que vestia os melhores vestidos e agora tá num saco preto". Nossa! E essas coisas ia mexendo com a gente, né? Foi a primeira da nossa região que morreu foi ela. É incrível, incrível! E eu pensando: "Nossa, ainda bem que ela aproveitou tudo, senão tava tudo aí no guarda-roupa, né?"... Tivemos percas [sic]... percas horríveis! Percas horríveis!! (Fermina).

Ao trazermos as narrativas dessas mulheres idosas, pobres e negras – como a de Fermina – relativas à pandemia, pretendemos contribuir para a reflexão sobre a condição humana, entendida aqui como a defesa do princípio da dignidade e da vida, em oposição à necropolítica do Estado. Em seu texto *A condição humana*, Hannah Arendt (2007) afirmava que a pessoa humana seria um fim em si mesmo, mas que a dignidade não seria possível sem que as condições sociais e o respeito às existências permitissem a sua concretização.

A negligência estatal diante da pandemia, no Brasil, acabou por romper com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) relativos à universalização, integralidade e equidade, assim como de regionalização, descentralização e comando único e, sobretudo, com o controle social (Brasil, 1990), deixando o comando no combate aos efeitos da pandemia e menosprezando o saber científico por meio do negacionismo e do fundamentalismo. Isso significou que políticas públicas deixaram de considerar ações contrárias a toda forma degradante e desumana dos corpos e das formas de acolhimento aos traumas coletivos. A dor individual, como a narrada por Germana, que contraiu o Covid junto de seu marido e soube de seu falecimento ao seu lado, separados por uma parede no hospital, deve ser compreendida como perda coletiva, como denúncia de ações negligentes, como ferida aberta na vida cotidiana, como ofensa ao amor:

Então, houve mudança porque como eu fui pro interior... Chegando lá o meu marido, ele gostava de prantação [sic], né? Aí ele cultivava uma hortinha, muito bonita a horta dele... Ele gostava, eu também gostava!

Então, a gente participava naquela horta, tudo bonitinho e a gente tava lá, cuidando das coisas. Depois, que ele faleceu, eu tive que vim embora e largar tudo, abandonar tudo!... [...]

Ele morreu em 2021. Então, tanto que agora fez um ano que ele faleceu. E ele morreu no 24 de janeiro. Até no 25, tava preparando uma festa, né, porque era o aniversário dele. Dia 25... E ele morreu no dia 24... E nós ia fazer a boda de ouro! Cinquenta e um ano de casados, mas ele foi embora, então... Agora a gente tá continuando a vida. (Germana).

As perdas de Germana, Fermina e Dialeda não dizem respeito apenas a situações privadas, nem são exceções da pandemia. Dirigem-se às questões públicas, à garantia dos direitos humanos longe do sujeito abstrato, sem corpo, sem história e universal (branco e masculino), mas entendido como diverso e plural, submetido à (falta de) vontade política do Estado e, muitas vezes, a situações de indignidade humana produzidas por discursos de classe, raça e gênero que tornam seus corpos ininteligíveis e matáveis. Notamos, em meio à angústia da pandemia, o tratamento dado aos velhos, em especial, considerados como incapazes por falas como a do então presidente Jair Bolsonaro, no mês de abril de 2020, num programa de televisão: "Devemos, cada família, cuidar dos mais idosos. Não pode deixar na conta do Estado. Cada família tem que botar o vovô e a vovó em um canto e evitar o contato a menos de dois metros".

O discurso de incapacitação e infantilização referente aos/às velhos/as fez calar a dor e o abandono desse grupo, transformado em tema de chacotas. Em seus relatos, Fermina, Germana e Dialeda romperam com esse silenciamento e estigmatização e também trataram de duas dimensões que afetaram em especial as mulheres negras e idosas: a solidão e a violência de gênero, ampliadas e silenciadas no contexto de isolamento pandêmico. Trancafiadas em casa, elas foram privadas da rotina que construíram fora dela, em período anterior à pandemia, quando se sentiam úteis à igreja, ao hospital, à vizinhança, ressignificando o envelhecimento. As três entrevistadas tinham vida ativa na comunidade, principalmente Fermina, em suas orientações à população, e Germana, que atuou na Marcha das Mulheres. Tarefas mais simples, como ir ao supermercado ou ao culto religioso também foram substituídos pela solidão da casa, vazia de filhos e netos:

Ficamos, eu e meu marido, porque as minhas filhas já casaram, acho que seis meses ou mais sem botar o pé no portão! E olha que tanto eu quanto o meu marido, a gente não para em casa! Assim, ele tem as atividades dele, que milita também; eu tenho as minhas, porque não gosto de fazer serviço de casa!... Então eu vivo... vivo na rua, né? Eu fiquei tão mexida, que você não acredita!... Sempre andei na rua, qualquer dia, qualquer hora, nunca me aconteceu nada... (Fermina).

Ah, a pandemia, quando eu vi as pessoas falar: "Não, a pandemia veio para melhorar, pra isso, pra aquilo...", eu nunca acreditei, né? Eu sempre achei que a pandemia foi um... um atraso na vida, principalmente das

mulheres, né? Foi muito triste! Está sendo ainda, menos, menos, porque hoje a gente está vacinado. (Dialeda).

Dialeda, por sua vez, chamou a atenção para uma questão fundamental, que foi a violência contra as mulheres, muitas vezes isoladas dentro de casa com maridos abusivos. A ausência de vontade política para a compra e a organização de um cronograma de vacinação aliada ao negacionismo relativo à ciência epidemiológica e às *fake news* quanto ao uso de cloroquina e ivermectina, aceleraram a prática necropolítica em que a velhice teve sua condição humana desrespeitada pela adoção do critério geracional como legitimador de mortes. No entanto, a questão de gênero não deve ser negligenciada no que se refere ao abandono e à ausência de políticas públicas capazes de combater ou impedir as violações contra as mulheres. Nesse sentido, também podemos afirmar a existência de uma necropolítica dirigida às mulheres (assim como à população negra e LGBTI) não respeitadas em sua condição humana diversa e concreta.

Segundo Verônica Accioly Vasconcelos (2020, p. 63), “a recomendação do isolamento social, como uma das formas de diminuir as possibilidades de transmissão do vírus, identificado pelo lema Fique em casa, atribuiu, à residência, a condição de espaço seguro”. No entanto, ao tomar medidas públicas de caráter generalizante, como o isolamento social, ignorando medidas políticas específicas para uma população plural, com marcações de raça, gênero, sexualidade, geração e raça, o Estado brasileiro optou por negligenciar e silenciar os grupos vulneráveis, como o de mulheres negras e periféricas aos quais pertencem Fermina, Germana e Diadela. A narrativa de Fermina aponta para um dos efeitos sociais, a violência de gênero, muitas vezes tratada como assunto privado, acirrado pelo isolamento numa cultura patriarcal:

[...] porque a questão da violência na pandemia aumentou muito, violência de todos... de tudo! Não foi só violência contra a mulher, criança, adolescente, idosos. E assim, as pessoas ficaram muito trancadas em casa, não procuravam ajuda... Outras até que se oferece ajuda, elas não querem! Tem umas coisas meia maluca: não querem não é porque não querem. Elas não conseguem, não conseguem sair, né? Não conseguem sair da violência! Então, essas coisas dói [sic] muito pra gente, porque ela nos procura; quando a gente vai ajudar, elas estão com medo. Diz que não foi, não é isso... Tá morrendo muitas mulheres, né, por conta desse medo! É medo de duas coisas: medo, vergonha que a vizinhança perceba, e medo do marido, né? E isso atrapalha muito! A gente... Tem gente militante mesmo que sofre violência doméstica e quando sai... É gente nossa, conhecida, quando sai, sai de bracinho no pescoço, né, tipo assim... (Fermina).

Fermina denuncia o que o isolamento generalizado procurou ocultar. Como afirmou Vasconcelos (2020), tratando a casa como sujeito universal, foram ignoradas as condições de cada residência ou família; as especificidades de casas em que predominava o patriarcado, a violência simbólica e física, tornando o isolamento uma condenação a certas mulheres obrigadas a conviverem com seus agressores, sem condições ou caminhos para a denúncia e o acolhimento. A indiferença do Estado em

relação à intensificação da violência contra idosos e mulheres (além de jovens LGBTI) promove também a vergonha e a culpabilização das próprias vítimas, como apontou o relato de Fermina sobre as companheiras na comunidade.

Dados de segurança pública apontam que houve redução nas denúncias e nas medidas protetivas em todo o país, apesar da existência da lei Maria da Penha e de programas de queixa-crime como o Salve Maria. Isso em grande parte devido às mulheres terem suas vidas reduzidas ao espaço do violentador, à falta de acesso à internet e ao telefone (principalmente nas áreas pobres) e pelo reforço de uma cultura patriarcal e misógina, estimulada por discursos de autoridades e pela ausência de políticas voltadas às mulheres periféricas. (Vasconcelos, 2020).

Mesmo assim, a transformação é evidente nas ações e partilhas desenvolvidas pelas próprias entrevistadas, como narram Dialela e Fermina sobre sua atuação na criação do Movimento de Mulheres da Zona Leste, para a extinção da violência contra as mulheres e o feminicídio, e a mobilização de Germana ao montar uma cooperativa de reciclagem de lixo para ajudar crianças em situação de extrema vulnerabilidade.

Ao falar das tristezas e dificuldades da pandemia, Fermina atravessa sua fala por lembranças de resistência feminina, quando contribuiu para criar o Movimento de Mulheres da Zona Leste:

E aí nós fomos criando essa história da marcha... De repente foi criada a Marcha Mundial e engrossou!... Essas mulheres puxando e engrossou com mulheres do Brasil inteiro! E quando mataram a Margarida Alves, né, então as mulheres camponesas, elas foram umas guerreiras e virou um formigueiro de mulheres, porque a gente tem a música, né?... Quem não pode com... quem não pode com a formiga, não atíça o formigueiro... [...] Foi lindo, foi lindo! E de lá pra cá, só temos a fortalecer, nós vamos perdendo muita coisa da política, mas a gente tem a história que nos fortalece, né? (Fermina).

Como Fermina, Dialela fala da sua participação no Sempre Viva Organização Feminista e na sua atuação política no bairro, antes da pandemia, além de sua participação na Marcha das Mulheres:

[...] eu entrei pra marcha, aí da marcha comecei a fazer os postos de saúde. Sou conselheira do posto de saúde. Aí, por consequência, do posto de saúde já veio a supervisão, já veio o hospital, Movimento de Saúde da Zona Leste e aí... a gente, né? E a nossa razão é: Saúde. (Dialela).

A pandemia foi citada por elas como motivo para uma pausa nas suas lutas dentro da comunidade. O Movimento de Saúde da Zona Leste à qual Dialela se refere, desenvolveu-se desde o final da década de 1970, quando mulheres na periferia de São Paulo tomaram a frente da luta política, reivindicando postos de saúde, melhorias na infraestrutura e escolas.

Segundo Eder Sader (1988), que estudou a atuação de novos grupos de reivindicação após a intensa repressão aos opositores da ditadura brasileira (1964-1985), as mulheres que não atuaram dentro dos setores mais ideológicos e militantes,

do ponto de vista partidário, seriam “novos personagens” na cena política. Contribuiriam para uma luta diferente daquela que perdurava até então, marcada por seu caráter mais organizado do ponto de vista de instituições armadas, sindicais ou estudantis. Essa nova forma de resistência em nome da democracia contou com a presença das mulheres nas igrejas, nos postos de saúde e nas ruas, defendendo os direitos à comida, ao trabalho, à dignidade humana e à saúde, além da denúncia e combate contra a violência de gênero, questão que predomina na ação das entrevistadas em seus bairros, mesmo com a pandemia.

As narradoras estiveram atuantes e lembraram desse passado com orgulho, como ressaltou Fermina: “a gente tem a história que nos fortalece”. Diante da pandemia, lembram de suas histórias de intervenção social, de solidariedade e de questionamento das violências estruturais enfatizadas pela crise; não se colocam como vítimas, mas como mulheres resilientes, apesar do luto e das dificuldades trazidas pelo descaso público.

Considerações finais

O presente artigo refletiu sobre os impactos sociais da pandemia da Covid-19, especialmente sobre a população idosa e periférica, por meio da história oral com depoimentos de três idosas, moradoras da Zona Leste, na periferia da cidade de São Paulo. Depois de mais de dois anos de pandemia no país, a crise sanitária e, principalmente, humanitária, tem evidenciado as diversas camadas de iniquidade econômica, social e política na qual a população idosa está imersa.

Narrativas como as de Dialede, Fermina e Germana desvelam situações de vulnerabilidade e mostram o quanto pandemias e epidemias têm gênero e raça – são relações que engendram um conjunto complexo de redes horizontais de pertença e cuidado cujo elo-chave são velhices, mulheres e corpos negros, que garantem a vida no trabalho essencial de cuidado e militância, evidenciando os processos de vulnerabilização da população idosa brasileira em tempos de necropolítica.

Depois de mais de dois anos de pandemia no país, a crise sanitária, e principalmente, humanitária, tem evidenciado as diversas camadas de iniquidade econômica, social e política na qual a população idosa está imersa.

Dialede, Fermina e Germana vivem situações de vulnerabilidade. Auxiliadas por programas sociais ou por familiares, residem em moradias alugadas ou mesmo “de favor”. Essa constatação nos remete ao pensamento de Charlot (2014) sobre a humanização, ou seja, sobre a necessidade de reconhecer que as pessoas possuem suas histórias de vida, origens, sonhos e perspectivas, pelo que se unificam e convivem. A pandemia e o atual contexto pós-pandêmico e político brasileiro, impuseram a letargia, além do isolamento social, o desolamento social para essas mulheres. A partir desse fato, refletimos sobre como a condição humana não é um preceito universal que garanta a todas as existências os mesmos direitos e a dignidade.

Acreditamos que as narrativas aqui apresentadas permitem a identificação e favorecem a percepção de classe, de coletivo – tão atacada pelo ideário individualista numa cultura capitalista e patriarcal. Além disso, o contexto atual é definido como forma de intolerância que se reflete em comportamentos e atitudes com relação aos

idosos, principalmente às mulheres. Diferentemente afetadas, tornam-se mais vulneráveis, não apenas aos problemas de saúde, mas ao isolamento social e aos transtornos emocionais devido à aposentadoria, à viuvez, às alterações fisiológicas, dentre outros problemas.

Através das histórias narradas, mas também sentidas e compartilhadas, foi possível verificar o convívio e a preocupação dessas mulheres com pessoas em situação de maior vulnerabilidade, principalmente, moradores dos bairros da Zona Leste, onde residem. Embora não explicitamente citada, conclui-se que há uma tripla discriminação pesando sobre as entrevistadas por serem mulheres, idosas e negras e viverem na periferia de uma cidade que discrimina, desigual e exclui. Embora também seja ocupada por gente que se solidariza, valoriza sua história como aquela que se quer visível e dizível, desejosa de viver a sua condição humana em plenitude e diversidade, denunciando uma pandemia que é também política.

Referências

ACSELRAD, Henri. O conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento. **Revista em Pauta: teoria social & realidade contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 115-129, 2013. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2013.10158>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/10158>.

Acesso: 11 out. 2023.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, jan./fev./mar./abr., p. 20-28, 2002.

BARROSO, Eloísa Pereira. Reflexões sobre a velhice: identidades possíveis no processo de envelhecimento na contemporaneidade. **Revista História Oral**, v. 24, n. 1, p. 9-27, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.51880/ho.v24i1.1128>. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1128>. Acesso em: 11 out, 2023.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 11 out. 2023.

CAVE, Mark; SLOAN, Stephen M. (org.) **Listening on the edge**: oral history in the aftermath of crisis. Oxford: Oxford University Press, 2014.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2014. *E-book*.

CLARK, Mary Marshall. Vídeo-testemunhos sobre o holocausto, história oral e medicina narrativa: a luta contra a indiferença. **Oralidades**, v. 6, p. 150-66, 2009.

HENNING, Carlos Eduardo. Nem no mesmo barco nem nos mesmos mares: gerontocídios, práticas necropolíticas de governo e discursos sobre velhices na pandemia da COVID-19. **Cadernos de Campo**, v. 29, n. 1, p. 150-155, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i1p150-155>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/170798>. Acesso em: 11 out. 2023.

JIMENEZ-SOTOMAYOR, Maria Renee; GOMEZ-MORENO, Carolina; SOTO-PEREZ-DE-CELIS, Enrique. Coronavirus, ageism, and Twitter: an evaluation of tweets about older adults and COVID-19. **Journal of American Geriatrics Society**, v. 68, n. 8, p. 1661-5, 2020.

LEÃO, Ana Leticia *et. al.* Covid-19 é mais letal em regiões de periferia no Brasil. O Globo, Rio de Janeiro, 3 maio 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/covid-19-mais-letal-em-regioes-de-periferia-no-brasil-1-24407520>. Acesso em: 6 nov. 2023.

LOPES, Nathan. Covid: Zona leste de SP tem maior proporção de mortes na capital em 2020. **Uol**, São Paulo, 21 out. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/10/21/covid-mortes-distritos-mapa-da-desigualdade-sao-paulo.htm>? Acesso em: 6 nov. 2023.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso: 11 out. 2023.

MAGALHÃES, Alexandre. As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. **Tessituras**. Pelotas, RS, v. 8, s. 1, p. 79-86, jan./jun. 2020.

MENDES, Lidiana Pinho; OLIVEIRA, Fernando Henrique Ferreira. Os vulneráveis em tempos de pandemia – uma análise a partir dos(as) trabalhadores(as) subalternos(as) e dos(as) idosos(as). **Pegada**: a revista da geografia do trabalho, v. 21, n. 2. maio/out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v21i2.7752>. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7752>. Acesso em: 11 out. 2023.

MBEMBE, Achile. **O direito universal à respiração**. São Paulo: N-1 edições, 2020.
NERI, Anita Liberalesso. Idosos não são ônus e contribuem economicamente à sociedade. **Direto na fonte** (Rádio e TV Unicamp). 19 maio 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/19/idosos-nao-sao-onus-e-contribuem-economicamente-sociedade-diz-professora-anita>. Acesso em: 2 set. 2021.

NOSSA SÃO PAULO. **Pesquisa Viver em São Paulo: Especial Pandemia**. Abril de 2020. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Apresentacao_ViverEmSP_EspecialPandemia_2020_embargo.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
PIMENTA, Denise Nacif; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; LIMA, Livia Morais Garcia. (orgs.). **(Im)Permanências: história oral, mulheres e envelhecimento na pandemia**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Pandemia é pandemia em qualquer lugar – vivendo a crise da Covid-19 de fora dos grandes centros. **Espaço e economia: revista brasileira de geografia econômica**, [S. l.], ano IX, n. 18, p. 1-10, 2020.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
SANTHIAGO, Ricardo. De volta ao “para uso futuro”? História oral, pandemia e a documentação urgente do presente. **SciELO Preprints**, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4850>. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4850/9397>. Acesso em: 11 out. 2023.

SANTHIAGO, Ricardo. Da fonte à história oral: debates sobre a legitimidade da entrevista. **Sæculum: revista de história**, [S. l.], n. 18, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11395>. Acesso em: 11 out. 2023.

SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade; RODRIGUES, Rogério Rosa. O devir público da história no tempo presente: outras linguagens, outras narrativas. **Canoa do tempo**, Manaus, v. 12, n. 1, p. 13-38, jan./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.38047/rct.v12.n01.2020.d1.p.13.38>. Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/6939. Acesso em: 11 out. 2023.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
VASCONCELOS, Accioly de. Coronavírus e violência de gênero contra a mulher no espaço doméstico: pandemias cruzadas. **Cajur**: cadernos de informação jurídica, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 62-8

